

Nossa atuação nas políticas públicas

Um dos marcos da nossa gestão é a articulação do Sistema CFN/CRN com as políticas públicas da área de alimentação e nutrição. Esse movimento tem como maior objetivo a garantia da assistência alimentar e nutricional à população, por nutricionistas, missão, por si só, considerada maior do Sistema. Assim, temos definido como linha editorial de nossa revista matérias com os gestores dessas políticas, visando socializar informações que, de alguma maneira, possam redundar na implantação/consolidação de ações nos âmbitos estaduais ou municipais.

Na atual conjuntura, temos que reconhecer a relevância que a segurança alimentar e nutricional têm assumido em diversas dessas políticas, além da crescente inserção dos nutricionistas tanto na gestão quanto na composição dos quadros técnicos. Esta conquista, além de refletir avanços da trajetória profissional, é resultado do incessante trabalho das entidades na defesa das políticas da área, bem como na projeção de um profissional comprometido com as necessidades da sociedade. Além dos avanços alcançados na Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, no Programa de Alimentação do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego, no Ministério de Desenvolvimento Social no Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ministério da Educação - PNAE/MEC, e no Ministério da Ciência e Tecnologia, dentre outros, mantemos uma rede de apoio no controle social dessas políticas, em diversos fóruns específicos.

Nesta edição, enfocamos a PNAE/MEC, o maior programa de alimentação do país, que vem sofrendo profundas mudanças para assumir, efetivamente, sua função alimentar e nutricional, dentro de uma concepção mais ampla. Em todo o País, mais de 37 milhões de alunos são beneficiados pela alimentação escolar, distribuídos em 5.560 municípios, mas apenas cerca de 1.300 nutricionistas atuam no Programa em municípios ou em secretarias estaduais. Em muitos casos, assumem apenas a função de elaborar cardápios.

Não é isso o que queremos, já que somos qualificados para ir mais além. Nosso propósito no PNAE é garantir que os escolares tenham acesso a alimentos saudáveis, resguardando, assim, sua etnia alimentar e, conseqüentemente, uma vida digna, em que o direito humano à alimentação esteja plenamente assegurado.

Ao discutirmos este assunto na 32ª Sessão Permanente da ONU, em março último, reafirmamos nosso compromisso com a alimentação escolar, ao reivindicarmos nossa atuação direta neste processo, na qualidade de responsáveis técnicos da alimentação escolar. Nesse mesmo evento, foi consenso a proposta de se promover amplo processo de conscientização dos prefeitos sobre a importância da contratação do nutricionista para desenvolvimento desta política. O CFN desenvolveu também protocolo com a Controladoria Geral da União - CGU, onde os aspectos alimentação e nutrição, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, sejam acompanhados por ocasião das visitas de controle.

Após consulta pública no site, o CFN está ultimando sua resolução com as atribuições do nutricionista no programa; além disso, em sua campanha anual de valorização do nutricionista, incluiu ações a serem desenvolvidas diretamente com as prefeituras, destacando as funções e o papel do nutricionista para assegurar a alimentação escolar adequada. O processo está apenas começando, e a participação do nutricionista para sua consolidação é fundamental!

Rosane Maria Nascimento da Silva
Presidente do CFN

Mais 500 mil contra o Ato Médico

As mobilizações para barrar a aprovação do PL 25 - Ato Médico no Senado Federal continuam. A arrecadação de assinaturas em todo o País está sendo intensificada, bem como a disseminação dos conceitos da campanha nacional Não ao Ato Médico. Como 500 mil assinaturas contra o PL já foram entregues ao Congresso Nacional em 2004, a organização do Movimento, que reúne profissionais da saúde, com exceção dos médicos, quer contabilizar 1 milhão de assinaturas nos próximos meses.

Audiências Públicas

Em reunião com a senadora Lúcia Vânia, relatora do PL 25, em 27 de abril, representantes do Movimento sugeriram que a organização das audiências públicas sobre o Ato Médico contemple a participação das representações das profissões da área de saúde, a academia, além da sociedade civil e outros segmentos. A senadora aceitou a proposta e se comprometeu a convocar audiências após apresentação de texto substitutivo ao PL para o Ministério da Saúde e a Casa Civil. Serão realizadas quantas audiências forem necessárias antes de a nova proposta ser incluída na pauta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

O CFN reproduziu 2 mil cartilhas Não ao Ato Médico para distribuição entre seus Regionais; o objetivo é fazer com que sejam realizadas discussões mais consistentes sobre o tema, nas Universidades, ou que promovam a reprodução deste material para mobilização dos profissionais da área contra o PL-25.

Em Brasília, as deputadas distritais Arlete Sampaio, presidente da Comissão de Educação e Saúde, e Érika Kokay, do PT, promoveram, em abril, audiência pública para discutir o PL, na Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF. No debate, reconheceu-se a necessidade de regulamentação dos procedimentos das atividades privativas dos médicos no PL, respeitando-se a autonomia dos procedimentos dos demais profissionais da saúde, consolidados por lei.

FENTAS discute novos cursos

Com a proposta de Reforma Universitária apresentada pelo Ministério da Educação - MEC, as entidades representativas dos profissionais de saúde estão intensificando o debate sobre o futuro do ensino desta área. No Seminário Reforma Universitária e Critérios para abertura de novos cursos na área da Saúde, promovido pelo Fentas, de 21 a 23 de março de 2005, um dos pontos levantados pelo CFN foi a forma como o MEC vai monitorar a qualidade do ensino nas instituições privadas que absorvem os alunos do PROUNI, já que este Programa, que concede bolsa de estudo para jovens de baixa renda ingressarem em universidades particulares, constitui importante fator na Reforma. Segundo Ronaldo Mota, representante da Comissão Executiva da Reforma Universitária, presente à reunião, o processo de avaliação será contínuo.

Quanto aos critérios para abertura de cursos na área de saúde, tiveram destaque as pesquisas realizadas pelas Universidades Federais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Pelotas, que apontaram dificuldades em definir critérios fixos, em razão não só das especificidades de cada profissão como também das realidades sócio-demográficas e epidemiológicas de cada microrregião.

No último dia do Seminário, o diretor do Departamento de Gestão da Educação em Saúde do Ministério da Saúde, Ricardo Burg Ceccin, apresentou dados para a discussão dos grupos sobre diversos temas, entre eles, o Contexto Atual e os Parâmetros Técnicos e Epidemiológicos do ensino na área de saúde. O relatório final será apreciado pelo plenário do Conselho Nacional de Saúde.

No Seminário, a assessora do Ministro da Educação Ana Cecília apresentou os principais pontos do projeto da Reforma Universitária, ainda sob consulta popular.

Atuação do CFN no CNS

Este ano, o CFN já participou de três reuniões do Conselho Nacional de Saúde- CNS, onde foram discutidos, dentre outros temas, não só o processo eleitoral do CNS como também a política de medicamentos do Brasil e os resultados do Fórum Social Mundial da Saúde; além disso, foram abordadas questões como a abertura de novos cursos na área da Saúde e a interrupção da gravidez por anencefalia (ausência total ou parcial de cérebro). O apoio à legalização do aborto de fetos com anencefalia foi aprovado pelo CNS em março.

Na primeira reunião de 2005, o ministro da Saúde Humberto Costa apresentou ao CNS as prioridades para este ano, destacando-se a qualificação dos serviços prestados pelo SUS e a aplicação de recursos financeiros, com o monitoramento e pactuação, por parte da gestão, nas três esferas de governo, além do cumprimento da Emenda Constitucional n.º 29, e sua regulamentação, bem como o fortalecimento do controle social.

O CNS decidiu, ainda, realizar as Conferências de Saúde do Trabalhador e de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, conforme deliberação da 12ª Conferência Nacional de Saúde. Para estas conferências, que ocorrerão ainda este ano, estão previstas etapas municipais, estaduais e nacionais; em 2006, será a vez da Conferência de Saúde Indígena; contudo, ainda este ano, serão realizadas as etapas regionais.

Sistema CFN/CRN discute sua integração



A integração de ações será o foco do **I Congresso Nacional do Sistema CFN/CRN** que acontecerá de 16 a 19 de junho de 2005, no Hotel Nacional, em Brasília-DF. Neste encontro, promovido pelo Conselho Federal de Nutricionistas - CFN, o Sistema discutirá as diretrizes que precisam ser adotadas para o desenvolvimento de políticas de formação profissional, de fiscalização, de tomada de contas, de comunicação e ética.

O I Congresso tem ainda como objetivo discutir os projetos administrativos que têm sido adotados pelos CRN, para melhor atender aos interesses dos nutricionistas e da sociedade. As discussões a serem abordadas neste evento visam a construção de ações unificadas, obedecendo as especificidades de cada região, para consolidar o Sistema como referência para o exercício legal da profissão.

Participação

Este evento tem caráter interno e, portanto, será direcionado aos conselheiros dos CRN e CFN, assessores e funcionários. Cada Regional poderá indicar, no mínimo, sete e, no máximo, 14 pessoas. A definição deste número parte do princípio de que os CRN participarão de todas as oficinas, com pelo menos uma pessoa e com no máximo dois participantes, incluídos os assessores jurídico, de comunicação e de contabilidade. Todas as Comissões Permanentes do Sistema realizarão oficinas específicas, visando a integração de ações comuns, que serão construídas a partir da contribuição de cada Regional.

Debates

Na abertura do I Congresso haverá uma palestra com o economista e especialista em Planejamento Estratégico Julio Cezar Filgueiras sobre a organização do Sistema e o que representa integrar ações neste universo. As oficinas acontecerão em 17 e 18 de junho, e a plenária final no dia 19. Todo o resultado do Congresso será amplamente divulgado para os nutricionistas, para que possam conhecer como funcionam os seus CRN e as perspectivas futuras de cada um.

O CFN espera com este Congresso fortalecer as estruturas que asseguram a fiscalização e a orientação profissional, para que, em todo o País, os nutricionistas tenham como referencial para o exercício profissional, as diretrizes apontadas pelo Sistema CFN/CRN. "Integrar ações significa expandir nosso trabalho com mais qualidade, atendendo aos interesses dos nutricionistas em todos os Estados", avalia a presidente do CFN Rosane Nascimento.

CRN 1

DF - GO - TO - MT



Gestão intensifica fiscalização

A atual gestão do CRN-I assumiu em outubro de 2004, intensificando e aprimorando suas ações fiscais. Para atingir este propósito foram contratadas, em fevereiro de 2005, duas nutricionistas-fiscais para o Distrito Federal. Em Mato Grosso este mesmo processo está em andamento.

Em consonância com a Política Nacional de Fiscalização- PNF do Sistema CFN/CRN, o Regional está formatando e implantando os instrumentos de execução e controle da fiscalização, cumprindo, assim, o cronograma do Projeto II dessa Política. O CRN-I está elaborando seu Manual da Fiscalização, que visa contemplar todos os procedimentos da ação fiscal, tornando-se fiel instrumento de consulta e orientação.

O CRN-I está empenhado em promover parcerias com as Instituições de Ensino Superior (IES), objetivando, com essa iniciativa, aprimorar a formação do nutricionista. Desde 2004, aplica questionário elaborado pela Comissão de Formação Profissional junto aos nutricionistas recém-formados, identificando, assim, a perspectiva da prática profissional e o nível de habilitação adquirida para o exercício profissional, por área de atuação.

CRN 2

SC - RS



Valorização do Código de Ética

O Plano de Ação e Metas, definido a partir do Seminário de Planejamento, realizado em janeiro último, prevê a efetivação de diversas iniciativas, a exemplo das ações orientadoras de fiscalização, divulgando e estimulando a inserção do nutricionista na Estratégia Global, com destaque para o projeto Cantina Saudável. A comemoração dos 25 anos do Regional é uma das prioridades da Comissão de Comunicação.

A Comissão de Ensino promoverá o I Encontro para Implantação do Exame de Suficiência em parceria com as Escolas Técnicas de Nutrição e Dietética e instituirá a Câmara Técnica dos Técnicos de Nutrição e Dietética.

A Comissão de Ética trabalhará a valorização do Código de Ética, destacando sua importância como instrumento essencial para o exercício profissional.

CRN 3

MS - PR - SP



Novo colegiado define projetos

A Comissão Executiva Provisória -CEPro- do CRN-3, após 180 dias de gestão, por delegação do CFN, encerrou sua missão em fevereiro último, por ocasião da anulação do processo eleitoral do Regional em 2004. Uma das tarefas desta Comissão foi a de administrar o CRN e promover um novo processo eleitoral em 2005. Neste período, surgiram grandes demandas, a exemplo da prestação de contas do ano de 2004 e a elaboração do Plano de Metas e Previsão Orçamentária para 2005.

Oito projetos foram elaborados para este ano, com foco nas ações de Fiscalização, na política de inserção dos Técnicos no Regional, na realização anual do cadastramento de profissionais, dentre outros.

No Seminário de Transição realizado em 19 de fevereiro último, data da solenidade de posse do Colegiado triênio 2005/2008, os conselheiros lançaram a idéia de que é necessário passar um "olhar inovador" para a fiscalização e a gestão do Regional.

CRN 4

RJ - ES - MG



Parcerias e articulação política

As propostas do CRN-4 para 2005 vêm ratificar um movimento adotado ao longo das últimas gestões: o fortalecimento de ações que valorizem o nutricionista e integrem o Regional às iniciativas de outras entidades e instituições da área de saúde. O CRN-4 é um dos principais parceiros do Comitê de Mobilização para a Estratégia Global da OMS, instituído no Rio de Janeiro a partir de um convite do Instituto de Nutrição Annes Dias - Inad e contando com lideranças como o Instituto Nacional de Câncer - Inca, Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - Embrapa e o Instituto Brasileiro de Orientação Alimentar - Ibra. O Comitê lançou o Programa Alimentar 5 ao Dia, em dezembro de 2004. A próxima etapa estará direcionada para a inserção do tema Estratégia Global / 5 ao Dia na Semana de Alimentação Escolar, que ocorrerá em maio, nas escolas municipais.

O Regional tem-se articulado com parlamentares para a elaboração projetos de lei que visem à educação nutricional no planejamento pedagógico das escolas. Paralelamente a isso, conta-se com um projeto voltado para a Segurança Alimentar e Nutricional que igualmente contempla a área de alimentação escolar.

O CRN-4 mantém-se atuante na luta contra a aprovação da Lei do Ato Médico. Outro ponto na pauta de seu plano de metas é a discussão do Código de Ética do Nutricionista com as instituições de ensino. Formou-se ainda um grupo de trabalho para discutir as atribuições e apoiar a atuação dos nutricionistas da área de off shore (plataformas de petróleo, sonda e navios).

CRN 5

BA - SE



Conclusão da Reestruturação

O CRN-5 está na penúltima etapa do seu processo de reestruturação, instalado que está em sede nova e própria, com mais segurança, conforto e também melhor acesso aos funcionários e usuários. Este ano, o CRN-5 reformulou sua assessoria jurídica, permitindo maior celeridade na análise e julgamento dos processos, e adotou moderno sistema de arquivamento, eficiente, rápido e seguro. E para coordenar as atividades do Regional, foi contratado um gerente.

As ações de articulação junto à Associação de Nutricionistas do Estado de Sergipe (ANESE), ao Movimento Estudantil de Nutrição (MEN), ao Grupo de Revitalização do Sindicato de Nutricionistas e à Associação de Nutricionistas da Bahia (ANBA) estão sendo intensificadas, para preparar a delegação que participará do III Encontro Nacional das Entidades de Nutrição - ENAEN.

CRN 6

PE - AL - PB - RN - PI - MA - CE
Fernando de Noronha



Valorização do nutricionista

O CRN-6 também está sendo administrado por uma nova diretoria eleita este ano para o triênio 2005/2008. Agora conta também com representação Paraíba. As diretrizes da Política Nacional de Fiscalização também estão sendo desenvolvidas pelo CRN-6, que selecionou a Nutrição Coletiva com ênfase na alimentar escolar, visando priorizar suas ações.

Dentre suas metas, está a atualização dos profissionais e a integração do CRN com entidades representativas da categoria, além da promoção de eventos científicos, valorizando o papel do nutricionista junto à sociedade. O CRN-6 intensificará as Jornadas de Alimentação e Nutrição; criará um selo comemorativo dos seus 25 anos; transformará o jornal trimestral em revista e celebrará o Dia do Nutricionista.

CRN 7

PA - AC - AM - AP - RO - RR



Participação no CFN contribui para ampliação das ações

Uma das expectativas dos conselheiros do CRN-7 para 2005 é implantar a Política Nacional de Fiscalização, nos moldes em que está concebida pelo Sistema, pois, certamente, irá ao encontro das necessidades tanto dos profissionais quanto do próprio CRN-7, que assim efetivará, plenamente, a sua missão regimental. Em outubro de 2005, haverá eleição no CRN-7 para a escolha de um novo Plenário.

É importante destacar que a atual gestão completará, nesta data, seis anos à frente do Regional. O Plenário atual considera que a sua participação no CFN é de grande importância não só em função da experiência gerencial acumulada como também pelo permanente contato com as questões legais e técnicas referentes à profissão.

CFN amplia ações para inserir O nutricionista no PNAE

O Sistema CFN/CRN participou da 32ª Sessão Permanente de Nutrição das Nações Unidas - ONU, de 14 a 18 de março de 2005, em Brasília, onde promoveu a oficina Alimentação Saudável como Direito do Escolar. Neste evento, a inserção do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE foi o cerne da discussão, que resultou na aprovação de diretrizes para subsidiar uma resolução do CFN, com as atribuições do nutricionista no PNAE, que será publicada em breve.

Nutricionistas de diversos estados e municípios participaram da oficina que contou com a parceria do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar-FNDE, responsável pela Resolução nº 38 de 23 de agosto de 2004, que estabelece os critérios para a execução do PNAE. Esta Resolução, em seu artigo 10, afirma que "o cardápio de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e Municípios, será elaborado por nutricionista habilitado, que deverá assumir a responsabilidade técnica do programa, com o acompanhamento do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, e deverá ser programado de modo a suprir, no mínimo, 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em creches, pré-escola e ensino fundamental e, no mínimo, 30% das necessidades nutricionais diárias dos alunos indígenas, durante sua permanência em sala de aula".



Ministro da Saúde Humberto Costa abre a 32ª Sessão da ONU



Nutricionistas discutem PNAE na oficina do CFN

Responsabilidade

Como a própria Resolução do FNDE determina, o nutricionista deve assumir, efetivamente, a função de Responsável Técnico (RT) pela alimentação escolar, para garantir a alimentação saudável e segura oferecida nos estabelecimentos de ensino, papel ainda desvalorizado em muitas prefeituras. Atualmente, a alimentação escolar atinge cerca de 37 milhões de crianças em todo o País.

O Sistema CFN/CRN, o FNDE e a Controladoria Geral da União - AGU estão desenvolvendo instrumentos para garantir o direito da população beneficiária à alimentação escolar. Agora, o FNDE vai editar as normas operacionais básicas para a participação do nutricionista no PNAE e a AGU está atualizando os instrumentos de controle e acompanhamento deste Programa. Todas estas ações evidenciam a responsabilidade legal do nutricionista com a sociedade. Porém, é preciso ressaltar que é necessário, neste momento, que os nutricionistas fiquem atentos e acompanhem às mudanças na legislação da alimentação escolar para que possam, efetivamente, demonstrar a capacidade que têm para colaborar com a melhoria da alimentação e nutrição das crianças em fase escolar.

ENTREVISTA | Albaneide Peixinho

PNAE contribui para a qualidade da educação

À frente do PNAE, a nutricionista Albaneide Peixinho mudou o paradigma da alimentação escolar, que passou a ser um programa de segurança alimentar. Assim, toda atenção é dada ao escolar e aos hábitos alimentares saudáveis. Nesta entrevista, ela fala mais sobre o trabalho desenvolvido no FNDE.



Albaneide Peixinho é a primeira nutricionista a coordenar o PNAE

Pela primeira vez, o PNAE do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar - FNDE/MEC tem à sua frente uma nutricionista. Este fato auxilia suas atribuições?

Albaneide - Sim. Esse Programa, desde que foi criado oficialmente em 1955 e até a década de 80, teve uma concepção assistencialista e dependia de doações de países ricos, tanto é assim que foi desenhado para entregar gêneros em municípios carentes. Mesmo após o governo brasileiro ter assumido o compromisso de financiá-lo com recursos próprios e com a descentralização financeira, a legislação existente preocupou-se em definir como seria a transferência do repasse dos recursos da União para os estados e municípios, traçando as obrigações para quem os recebia.

Então, foi necessário mudar a concepção original do Programa?

Albaneide - A nossa gestão redefiniu ações que deveriam ser assumidas por todos e não apenas pelo governo federal. Defendemos princípios e diretrizes pautadas pelo direito à alimentação de todos os escolares e não um programa para carentes ou pobres. Alteramos nossos objetivos que não visam a redução da evasão escolar; ao contrário, pretendemos contribuir não só para a aprendizagem e o rendimento escolar, como também para a formação de hábitos alimentares saudáveis e a dinamização da economia local, além do respeito aos hábitos regionais e a vocação agrícola da região.

Como se chegou a tais mudanças?

Albaneide - Muitas dessas diretrizes já estavam traçadas na Medida Provisória 2178-36/2001, que dispõe sobre a transferência dos recursos financeiros para os estados, municípios e o Distrito Federal e permite ao Conselho Deliberativo do FNDE definir e normatizar sobre a execução do PNAE nas localidades que dele participam.

Na prática, como as mudanças são realizadas?

Albaneide - Investimos muito na capacitação de conselheiros dos CAE, demonstrando o importante papel que desempenham na garantia de um serviço de qualidade, não atentando apenas para a questão financeira, mas, sobretudo, para o nível dos produtos oferecidos, a adequabilidade a hábitos saudáveis e a satisfação das necessidades nutricionais definidas para cada faixa etária. Com isso, mostramos a importância do nutricionista, profissional de saúde habilitado para desenvolver as atribuições técnicas e assessorar o CAE no desenvolvimento das suas funções. Aproveitamos, igualmente, para desenvolver um trabalho em parceria com a auditoria interna do FNDE e da Controladoria Geral da União - CGU, nas suas funções de fiscalização.

Como conciliar os interesses e fatores conflitantes que influenciam nos resultados do PNAE?

Albaneide - O Programa sofreu variadas alterações. Afinal, está completando 50 anos e surgiu com uma visão assistencialista. Na época da Fundação de Assistência ao Estudante - FAE, o PNAE era centralizado e contava com técnicos da área de nutrição cuja visão era a de que o Órgão tão-somente tinha as atribuições de alimentação. A FAE e o Programa foram realocados no FNDE, que tinha outra função e passou a ter um novo desenho: poucos funcionários e nenhum técnico da área. Em 2002, começou a contar com uma nutricionista e uma consultora da área; hoje em dia, estamos reestruturando o Programa com visão intersectorial no campo da alimentação e nutrição, voltada para a educação, e que seja, efetivamente, um programa de alimentação complementar à educação, como prevê a Constituição Federal. Este fator é de suma importância para atingirmos as metas do desenvolvimento do milênio no campo da educação. Como os programas do livro didático, do transporte e da saúde escolar, o PNAE também objetiva contribuir para a garantia de uma educação de qualidade para todos. Vamos comemorar as bodas de ouro do PNAE com um novo paradigma: um programa de direito humano à alimentação escolar, que tem como princípios não só a universalidade e a equanimidade, como também a participação social e o processo de descentralização, mas que, acima de tudo, tenha continuidade.

Como assegurar tal amplitude?

Albaneide - Com a descentralização do Programa, a responsabilidade é de todas as entidades federadas. A União, os governos estaduais, municipais e o Distrito Federal devem assegurar a cobertura das necessidades nutricionais, no mínimo, de 15% para cada escolar durante o período de permanência na escola. Este cálculo é feito por cardápio e deve ser assegurado por todos os responsáveis; daí a importância do repasse da União como obrigação constitucional, o que, contudo, não desobriga os estados e municípios a utilizar recursos próprios como complementação. Desse modo, tentamos contar com a participação de todos os envolvidos, procurando igualmente meios de capacitar os conselheiros dos CAE, parceiros fundamentais que são da otimização do programa, pois que participam do seu funcionamento e sabem exatamente acompanhar as diretrizes traçadas.

Qual o número de beneficiários e de municípios atendidos pelo PNAE?

Albaneide - São 37 milhões de alunos, 5.560 municípios, 26 estados e o Distrito Federal. Ainda existem 87 municípios que não possuem os CAE, e 910 não prestaram contas, razão por que o repasse a essas localidades ter sido suspenso. Como os escolares não podem ser prejudicados, as entidades executoras (estados ou municípios) devem financiar o Programa com recursos próprios. Nos casos de o atual administrador não ter encontrado documentação suficiente para prestação de contas dos recursos recebidos junto ao FNDE, é necessário não só acionar o Ministério Público como apresentar a documentação legal ao Fundo, para que a inadimplência seja suspensa, e a responsabilidade recaia sobre o gestor anterior.

Como está a regulamentação da atuação do nutricionista no PNAE?

Albaneide - Em breve será publicada resolução regulamentando não só o número dos nutricionistas previstos e necessários para o PNAE, como também as articulações possíveis e legais dos municípios para garantia da presença do profissional e suas atribuições, que não se limitam, tão-só, a elaborar cardápios e "vendê-los" aos interessados.

Quais os requisitos básicos para o nutricionista atuar no Programa?

Albaneide - Que seja um profissional comprometido e disposto a enfrentar os desafios da alimentação escolar frente aos problemas alimentares e nutricionais do nosso país. Hoje, o FNDE tem, em seus cadastros, em média, 1.300 nutricionistas nos municípios e 60 nas secretarias estaduais.

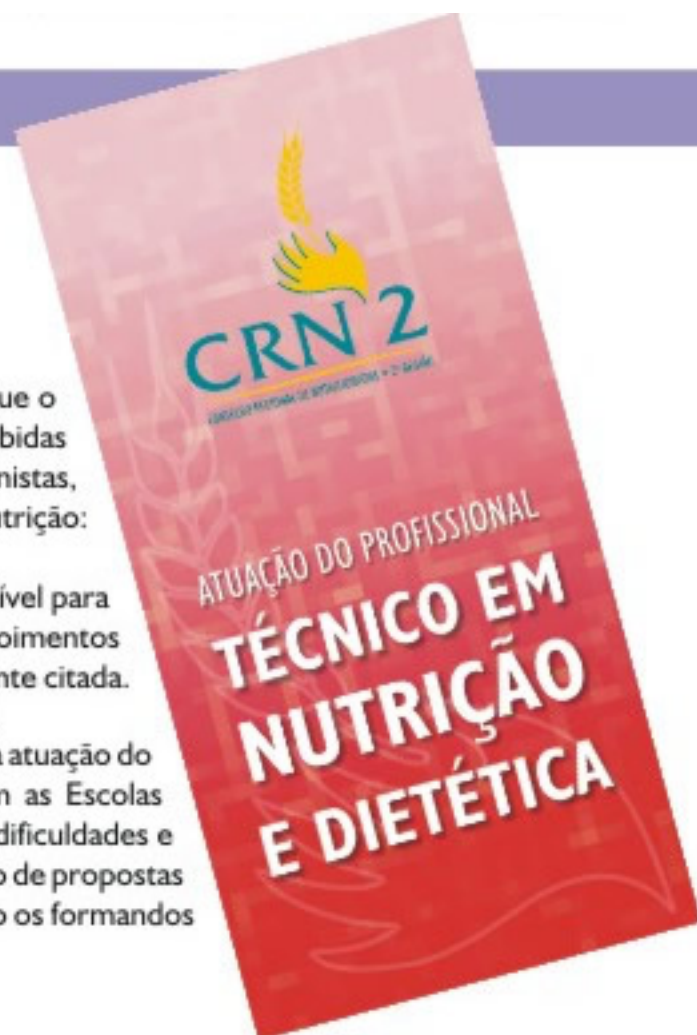
“ No PNAE o nutricionista deve estar comprometido e disposto a enfrentar os desafios da alimentação escolar frente aos problemas alimentares e nutricionais do nosso país”.

CRN-2 promove visibilidade Do Técnico em Nutrição e Dietética

O reconhecimento do papel dos Técnicos em Nutrição e Dietética - TND é uma iniciativa que o CRN-2 vem promovendo nos últimos dois anos. As ações desempenhadas pelos TND são percebidas como essenciais no dia-a-dia de empresas e de instituições públicas. Em conjunto com os nutricionistas, estes profissionais executam ações fundamentais para garantir a finalidade principal da nutrição: alimentação saudável e equilibrada.

Entre as ações desenvolvidas pelo Regional destaca-se um espaço no Jornal do CRN-2, disponível para os profissionais e escolas divulgarem atividades e eventos de interesse da categoria. Nos depoimentos publicados, a representação política como necessidade urgente para os técnicos tem sido bastante citada. Para eles, assegurar esta reivindicação representa o reconhecimento da profissão pela sociedade.

A visibilidade da profissão foi priorizada pelo CRN-2 com a produção de um folder destacando a atuação do Técnico. No segundo semestre deste ano, o Regional pretende estabelecer parcerias com as Escolas Técnicas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, objetivando conhecer não só suas realidades, dificuldades e experiências, bem como constituir Câmaras Técnicas, que terão como competência a deliberação de propostas de integração e fortalecimento do TND no Conselho. O Regional também continuará orientando os formandos em questões éticas e legais para o exercício profissional.



Atuação do nutricionista nos serviços de saúde

Dando continuidade à publicação de dados sobre a atuação do nutricionista nos serviços de saúde, abaixo apresentamos algumas resoluções/portaria sobre o trabalho deste profissional:

Norma Legal

Resolução CFN 306/2003

Resolução CFN 304/2003

Portaria 3.477/1998

Ementa

Dispõe sobre solicitação de exames laboratoriais na área de nutrição clínica, revoga a resolução CFN nº 236, de 2000 e dá outras providências.

Dispõe sobre critérios para prescrição dietética na área de nutrição clínica e dá outras providências.

Sistemas estaduais de referência hospitalar no atendimento da gestante de alto risco.

Exigências Técnicas

Compete ao nutricionista a solicitação de exames laboratoriais necessários a avaliação, à prescrição e à evolução nutricionista do cliente-paciente.

Compete ao nutricionista a prescrição dietética, como parte da assistência hospitalar, ambulatorial, em consultório de nutrição e dietética e em domicílio.

Dispor de equipe interdisciplinar de atenção à gestante de alto risco constituída por nutricionista.

Influências determinam Comportamento alimentar

A sociologia da alimentação tem auxiliado na análise da relação entre os seres humanos e os alimentos. Nesta entrevista, a nutricionista Rossana Pacheco da Costa Proença*, professora da Universidade Federal de Santa Catarina, faz uma análise de algumas variáveis que influenciam os hábitos alimentares da população brasileira.



CFN- Como a sociologia da alimentação pode auxiliar na análise dos índices crescentes de obesidade nas classes sociais menos favorecidas?

Rossana Este é um fenômeno observado em todo o mundo industrialmente desenvolvido, contudo, sendo a obesidade um fenômeno multifatorial, esta questão não é facilmente explicável e os numerosos estudos no assunto não são conclusivos. Uma das hipóteses levantadas apresenta a questão econômica de acesso aos alimentos, no sentido de que os alimentos mais baratos e facilmente estocáveis seriam aqueles com maior valor calórico, ricos em carboidratos e lipídeos. Estes seriam preferidos para compra ou para distribuição em programas sociais sendo que, por exemplo, frutas e verduras teriam o seu consumo limitado pelo preço e pela perecibilidade. Nesta mesma linha, mas considerando o aspecto simbólico dos alimentos, com forte conotação de gênero, apresenta-se a representação social do gosto. Assim, teríamos a noção de alimento "forte", "energético" ou "para homens" representado por componentes altamente calóricos preferidos em contraposição aos alimentos "fracos", "para mulheres e crianças" ou "para doentes", representados, evidentemente, por frutas, verduras e preparações menos calóricas.

Na continuação desta vertente, destaca-se a representação social do gordo e da gordura, que seria diferenciada de acordo com o estrato sócio-econômico do indivíduo. Assim, ainda perduraria, nas camadas menos favorecidas da sociedade, a noção de que gordura corporal representa saúde, prosperidade e abundância em contraposição à estigmatização social dos obesos mais fortemente observada quando se ascende socialmente.

CFN- Qual a principal interferência social e do meio ambiente na determinação do comportamento alimentar das pessoas que optam pelos fast food?

Rossana Uma primeira abordagem seria a necessidade dos seres humanos comerem o alimento somente pelo seu valor simbólico induzido, ou seja, ingerir o que é divulgado pela mídia não pelo valor nutricional e/ou sensorial do alimento em si, mas para se sentir parte de um grupo específico ou adquirir uma determinada característica. Numa análise mais aprofundada, pesquisas sobre as expectativas das pessoas em relação aos alimentos apontam vários aspectos que podem estar estimulando este tipo de comportamento, tais como: a autonomia, a conveniência, a desestruturação das refeições, o cosmopolitismo e a valorização da alimentação fora de casa. A autonomia representa a aspiração das pessoas à diversidade,

tanto de produtos como de serviço e local da alimentação, numa tentativa de rompimento com as tradições. Um exemplo é o desenvolvimento do auto-serviço (self-service), que otimiza a relação entre o tempo despendido e a possibilidade de escolha.

A desestruturação das refeições é uma realidade, influenciada, principalmente, por alterações observadas em praticamente todos os locais do mundo industrializado, nas características de urbanização e modificações na estrutura familiar. Observa-se, no Brasil, um movimento que minimiza os efeitos dessa tendência mundial do aumento de consumo de refeições desestruturadas, com a popularização dos restaurantes que servem refeições por peso.

O cosmopolitismo apresenta o desejo de que a alimentação favoreça a evasão, proporcionando refeições diferentes, numa tentativa de rompimento com a monotonia, que pode ser exemplificada pelo desenvolvimento principalmente nos meios urbanos - da alimentação étnica, que reproduz costumes alimentares de diferentes povos, geralmente através de cadeias de fast food. Já a valorização da alimentação fora de casa apresenta-se como um reflexo dos fatores expostos.

CFN- Então pode-se deduzir que o fast food seria o modelo predominante?

Rossana -Torna-se importante salientar que, apesar do exposto anteriormente, as mesmas pesquisas demonstram tendências de comportamento igualmente marcantes e que viriam atender a outras necessidades dos indivíduos, além daquelas que estariam facilitando o acesso ao fast food. Como exemplo, pode-se citar a importância do convívio, o refinamento, a valorização do natural, bem como a preocupação com a saúde e o equilíbrio alimentar.

Assim, apesar da desestruturação das refeições e da importância crescente da alimentação fora de casa, o convívio no momento das refeições ainda é considerado muito importante pelas pessoas.

Outra vertente é complementar ao cosmopolitismo, já explicitado, com o despontar da aspiração pelo refinamento, que revela a busca da variedade e da sofisticação alimentar, demonstrada pelo aumento de oferta, tanto em quantidade como em diferenciação de itens alimentares no mercado.

As preocupações com a gastronomia, observadas na crescente procura por publicações e formação na área, são também significativas na busca por uma melhoria das relações entre as pessoas e os alimentos. Um movimento mundial nesse sentido, o slow-food, vem sendo desenvolvido com o objetivo de resgatar uma cadeia cultural envolvendo os alimentos, da produção ao consumo. A proposta básica é resgatar os produtos enogastrômicos, ameaçados pelo processo industrial, pelas regras de grande distribuição e pela degradação ambiental.

O equilíbrio alimentar, embora tenha o seu controle dificultado pela multiplicação de opções disponíveis, aparece valorizado pela conscientização da importância da alimentação na manutenção da saúde. Ressalta-se, aqui, que mesmo cadeias de fast food estão demonstrando a preocupação em divulgar as características nutricionais dos seus produtos.

CFN - Qual o papel social do nutricionista frente às estratégias propostas pela Organização Mundial da Saúde, com referência a alimentação saudável e atividade física?

Rossana - O nutricionista, independente da sua área específica de atuação, deve estar informado sobre o tema, bem como aperfeiçoar uma aproximação real com o alimento, em todas as suas dimensões e os seres humanos que vão consumi-lo. A aceitação da importância da sua posição como cidadão e formador de opinião com relação à alimentação e saúde vai possibilitar a cada um aproveitar e criar momentos propícios de atuação neste contexto.



* **Rossana Pacheco da Costa Proença** é nutricionista, Mestre e Doutora em Engenharia (UFSC), com Pós-Doutorado em Sociologia da Alimentação na Université de Toulouse - Le Mirail, França. Docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professora Orientadora do Doutorado em Nutrição na Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, Portugal. Autora dos livros: Inovação Tecnológica na produção de alimentação coletiva (Editora Insular) e Qualidade nutricional e sensorial na produção de refeições (EDUFSC). Organizadora e Tradutora do livro Sociologias da Alimentação (EDUFSC).

Valor nutritivo de pratos típicos e frutos nativos da região centro-oeste



Galinhada

“ Frutos nativos do cerrado, vegetação típica de grande parte da região Centro-Oeste, também são utilizados na elaboração de diversos pratos de sabores muito peculiares”.

Mara Reis Silva

A alimentação tradicional da região Centro-Oeste é originária da mistura de práticas alimentares de índios, europeus e africanos, como em todas as regiões do Brasil. Contudo, existem outras influências de hábitos alimentares de países sul-americanos, árabes e asiáticos, especialmente no Mato Grosso do Sul.

A culinária do Distrito Federal é caracterizada por fortes influências de hábitos alimentares de imigrantes de várias regiões do país, especialmente mineiros, nordestinos e goianos. Em Estado do Mato Grosso predominou o hábito alimentar da região Sul e Nordeste, destacando-se a mistura de carne bovina com banana verde e a grande utilização de peixes, em função da riqueza de espécies encontradas nos rios da região. Os habitantes da região pantaneira do Mato Grosso do Sul têm por hábito a preparação de pratos à base de peixe, caça e frutos nativos. As populações urbanas incorporaram à culinária local, hábitos de mineiros, gaúchos, paraguaios, bolivianos, imigrantes europeus e asiáticos.



Empadão Goiano

Pamonha

Biscoito de queijo

Pequi refogado

Arroz com pequi

Peixe na telha

Fotos: Itamar Sandoval (Agência Focal Imagem)

Patrimônio

Em Estado de Goiás as receitas tradicionais são heranças de outros Estados, principalmente Minas Gerais e São Paulo, adaptadas ao modo de preparo dos goianos, como a galinhada e os diversos tipos de pamonhas. Doces e quitandas (biscoitos e bolos) são muito apreciados em Goiás e podem ser encontrados com facilidade nas regiões rural e urbana. Dentre os pratos genuinamente goianos, o peixe na telha tem autoria e data de criação registrados, sendo inventado por Bariani Ortencio e Aldair da Silveira Aires em 1978. Recentemente a Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico - AGEPEL solicitou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN o registro do empadão goiano (prato preparado com frango, carne suína, lingüiça, queijo e guariroba), como patrimônio de natureza imaterial de Goiás.

Alguns pratos tradicionais de Goiás (14 salgados, 8 doces e 8 quitandas) foram avaliados quanto ao valor nutritivo por pesquisadoras da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás - UFG. O empadão goiano (300g) equivaleria a uma refeição completa, com cerca de 600kcal, 35g de proteínas, 32g de lipídios e 48g de carboidratos. A pamonha à moda, elaborada com lingüiça e queijo, apresenta alta densidade energética, contendo 468kcal e 31g de lipídios em uma unidade média de 200g. O biscoito de queijo, quitanda amplamente preparada e comercializada em Goiás pode conter em 100g, 420kcal, 9g de proteínas e 22g de lipídios. O pequi refogado possui 13% de lipídios, entretanto a parte carnosa comestível do fruto representa apenas 20% do seu peso total, isto significa que uma porção de 70g ou 4 caroços médios possui cerca de 2,0g de lipídios. A guariroba refogada, um tipo de palmito amargo, se destaca por seu conteúdo em fibras (3%) e baixa concentração energética (36kcal/100g).

Frutos nativos do cerrado, vegetação típica de grande parte da região Centro-Oeste, também são utilizados na elaboração de diversos pratos de sabores muito peculiares. Apesar do uso tradicional, a literatura científica é bastante escassa a respeito do potencial nutritivo e aproveitamento tecnológico dos frutos nativos. Além do pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.), de consumo generalizado na região Centro-Oeste em pratos salgados (arroz com pequi, galinhada com pequi, pequi refogado, frango com pequi) ou na forma de licor e conserva, o baru (*Dipteryx alata* Vog.) é usado na produção de amêndoa (semente) torrada com sal, barrinhas de cereais, paçocas, licor e outros pratos da gastronomia regional; sua polpa contém elevado teor de fibras (30g/100g) e açúcares (20g/100g) e a amêndoa, significativa concentração de proteínas (30g/100g), lipídios (40g/100g), e fibras (20g/100g). O jatobá-do-cerrado (*Hymenaea stigonocarpa* Mart.) e jatobá-da-mata (*Hymenaea stilbocarpa* Mart.) possuem polpa farinácea rica em fibras alimentares (50g/100g), que pode ser utilizada in natura ou na preparação de biscoitos, bolos e pães.

Outros frutos do cerrado podem conter teores bastante variados de proteínas, ácidos graxos, minerais, vitaminas e carotenóides, devido a grande biodiversidade do ecossistema e as variações genéticas influenciadas por componentes ambientais da região. Alguns dados de pesquisa sugerem que frutos amarelo-laranja apresentam concentrações diferenciadas de carotenóides pró-vitamina A, além de outros frutos, que podem ser fontes de vitamina C; entretanto a concentração destas substâncias pode ser influenciada por características de solo e condições climáticas.

Dados sobre o valor nutricional dos frutos do cerrado são ferramentas básicas para avaliação de consumo, planejamento de dietas e programas de educação nutricional. O uso sustentado destes alimentos, a custo acessível, pode ser uma excelente opção para auxiliar na qualidade da alimentação da população local e agregar valor aos recursos naturais disponíveis no cerrado, melhorando, assim, a renda das pequenas comunidades rurais e favorecendo a preservação das espécies nativas.

Mara Reis Silva é nutricionista, professora adjunta da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás e mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa e Doutora em Ciência da Nutrição pela Unicamp.

Publicidade de alimentos precisa de regulação

O CFN vem desencadeando campanha nacional de sensibilização sobre o tema. O objetivo é envolver não só as esferas do governo e setor privado, como também organizações não-governamentais, mídia e sociedade civil em amplo processo de discussão para assegurar que a informação apresentada nas peças publicitárias contribua para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

A discussão foi iniciada no V Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2005, onde o CFN promoveu a oficina A Influência da Publicidade na Alimentação da População: que caminhos seguir dentro da Estratégia Global? No encontro, foi debatido o poder de persuasão da publicidade na definição dos hábitos alimentares das populações. O debate retomou as discussões que vêm ocorrendo em várias esferas da sociedade brasileira e em outros países, com o propósito de assegurar aos cidadãos o direito ao acesso e ao consumo de alimentos saudáveis.

Panorama Mundial

O Regimento do parlamento europeu, por exemplo, explicita em seu artigo 51º, que “os maus hábitos alimentares e a sedentariedade na Europa são responsáveis por mais de um terço das doenças cardiovasculares e por um terço dos cânceros” e propõe a edição de uma proposta para proibir a comercialização de alimentos que representem risco à saúde das crianças, convidando os estados-membros a promover uma alimentação saudável para este segmento.

A própria Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial de Saúde OMS determina aos seus estados-membros o desenvolvimento de ações para a comercialização, publicidade, patrocínio e promoção dos produtos alimentícios. Segundo a Estratégia, há uma evidente influência na eleição dos alimentos e nos hábitos alimentares. “Os anúncios desses produtos e de bebidas não devem extrapolar a falta de experiência e a credulidade das crianças. É preciso desestimular as mensagens que promovam práticas alimentares não-saudáveis ou a inatividade física, e promover mensagens positivas e propícias para saúde. Os governos devem colaborar com os consumidores e o setor privado (incluindo o da publicidade), a fim de formular critérios multissetoriais apropriados à comercialização dos alimentos direcionados às crianças, abordando, desse modo, questões como o patrocínio, a promoção e a publicidade”, destaca o documento da OMS.

Nos Estados Unidos, o National Advertising Review Council (NARC), organismo de auto-regulação na publicidade, apoiado pela Association of National Advertisers, pela American Association of Advertising Agencies e pelo Council of Better Business Bureau, publicou o livro intitulado Guidance for Food Advertising Self-Regulation, com exemplos de decisões adotadas sobre a publicidade de alimentos. A publicação traz uma relação de princípios e de linhas orientadoras e decisões relacionadas com a publicidade de alimentos para crianças nos EUA e reforça a confiança pública na auto-regulação da publicidade americana.

Situação brasileira

A regulamentação da publicidade de alimentos apresenta-se hoje como uma tendência mundial. No Brasil, o assunto começa a ser analisado por diversas frentes. Para Patrícia Chaves Gentil, da Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição CGPAN, do Ministério da Saúde, por exemplo, “é difícil promover hábitos saudáveis de alimentação. A criança acaba sendo o principal alvo da publicidade.” E destaca que o principal desafio dos nutricionistas é socializar o conhecimento, dando condições à população para definir o que é bom para cada pessoa. Para o gerente-geral de alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária Anvisa, Cleber Ferreira dos Santos, “não basta ter uma legislação de interferência na propaganda se não houver uma proposta forte de educação alimentar.”

“A regulamentação da publicidade de alimentos apresenta-se hoje como uma tendência mundial.”

Riscos

O estudo desenvolvido pelo pesquisador da USP revelou que cerca de 60% dos alimentos anunciados pela TV são gordurosos; que 57,8% estão no grupo das gorduras, óleos, açúcares e doces, e que há completa ausência de frutas e vegetais nos anúncios apresentados. Os resultados apontam a gravidade deste quadro: a exposição de 30 segundos a comerciais de alimentos é capaz de influenciar a escolha de crianças a determinado produto; os alimentos representam mais de 27% das propagandas veiculadas pela televisão e, no Brasil, adolescentes passam cerca de cinco horas por dia diante da televisão.

Não só estes dados, mas inúmeras outras constatações, como bem expressa a Estratégia Global apontam o crescimento da obesidade entre crianças e adolescentes. A campanha do CFN pretende contribuir para a busca de soluções, também, para este grave problema.



DOCUMENTO FINAL DA OFICINA SOBRE A INFLUÊNCIA DA PUBLICIDADE NO CONSUMO ALIMENTAR DA POPULAÇÃO: QUE CAMINHOS SEGUIR FRENTE À ESTRATÉGIA GLOBAL?

- Considerando que a Constituição Federal Brasileira traz como competência do Estado a Vigilância Alimentar e Nutricional;
- Considerando o Código de Proteção e Defesa do Consumidor;
- Considerando as deliberações da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Considerando que, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o consumo inadequado de alimentos tem afetado negativamente a saúde dos grupos vulneráveis da população;
- Considerando a emergência da tomada de decisões frente à realidade epidemiológica da população;
- Considerando que o consumo excessivo de alimentos tem provocado um aumento alarmante das doenças crônicas não-transmissíveis, dentre elas a obesidade, o diabetes de tipo 2 e as doenças cardiovasculares;

DEFENDEMOS:

- Ação imediata do Estado brasileiro na regulamentação da publicidade de alimentos;
- Apoio às iniciativas de todas as esferas de governo e da sociedade civil no controle da comercialização de alimentos nas cantinas escolares, a exemplo do que já ocorre nos Estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina; e
- Introdução obrigatória e de forma transversal, nos currículos escolares do ensino fundamental e médio, do tema Segurança Alimentar e Nutricional.

I Congresso Mineiro de Alimentação e Nutrição

Data: 5 a 7 de maio de 2005

Local: Ouro Preto - Minas Gerais

Informações: 31-3551 4892 ou 31 9694 8431

www.republicareinodebaco.com e www.coman.ufop.br

V Simpósio de Síndrome Metabólica

II Jornada de Nutrição

Data: 26 a 28 de maio de 2005

Local: Hotel Vila Galé Fortaleza-CE

Informações: 11- 3259 7874 site: www.astreaturismo.com.br

E-mail: patricia@astreaturismo.com.br

XXVIII Congresso Brasileiro de Nutrição Integrada GANEPÃO

Data: 16 a 18 de junho de 2005.

Local: Centro de Convenções Rebouças São Paulo

Informações: 11- 3284 6318 Ramais 21 ou 28 - E-mail: ganepao@ganep.com.br

10º Congresso Brasileiro Multidisciplinar e Multiprofissional em Diabetes

I Simpósio de Líderes de Entidades de Portadores de Diabetes

I Simpósio Latino-Americano de Educação de Diabetes

Data: 22 a 24 de julho de 2005.

Local: Universidade Paulista Rua Vegueiro, 1.211 Paraíso São Paulo

Realização: Associação Nacional de Assistência ao Diabético ANAD

Informações: 11- 5572 6559 www.anad.org.br - Email: congresso@anad.org.br

Endereços CRN

CRN - 1ª REGIÃO

GO - Goiás
MT - Mato Grosso
TO - Tocantins
DF - Distrito Federal
CONTATO:
SCN Qd. 01 - Bloco E - Sala 1611
Ed. Central Park
CEP: 70.710-902 - Brasília-DF
FONE: (61) 328-3078
E-MAIL: crn1@apis.com.br

CRN - 2ª REGIÃO

SC - Santa Catarina
RS - Rio Grande do Sul
CONTATO:
AV. TAQUARA, 586 - S. 503
Bairro Petrópolis
CEP: 90.460-210 - Porto Alegre-RS
FONE: (51) 3330-9324 ou
3330-5674 (Direto)
FAX: (51) 3330-9324
E-MAIL: crn2@terra.com.br
www.crn2.org.br

CRN - 3ª REGIÃO

MS - Mato Grosso do Sul
PR - Paraná
SP - São Paulo
CONTATO:
AV. PAULISTA, 568 - 6º Andar
CEP: 01.310-000 - São Paulo - SP
FONE: (11) 3284 -1779,
3284-1222 ou 3284-7357
FAX: (11) 3284-0294
E-MAIL: crn3@crn3.org.br
www.crn3.org.br

CRN - 4ª REGIÃO

MG - Minas Gerais
ES - Espírito Santo
RJ - Rio de Janeiro
CONTATO:
AV. GRAÇA ARANHA, 145 - Grupo 807
CEP: 20.030-003 - Rio de Janeiro- RJ
FONE/FAX: (21) 2262-8678
E-MAIL: crn4@crn4.org.br
www.crn4.org.br

CRN - 5ª REGIÃO

SE - Sergipe
BA - Bahia
CONTATO:
AV. Centenário 2883, Ed. Victória Center -
Salas 106/107/109
Chame Chame - Salvador-BA
CEP: 40.155 -150
FONE: (71) 3237-5652
FAX: (71) 3245-0753
E-MAIL: crncinco@atarde.com.br
www.crn5.org.br

CRN - 6ª REGIÃO

AL - Alagoas
PB - Paraíba
PI - Piauí,
MA - Maranhão
RN - Rio Grande do Norte
CE - Ceará
Fernando de Noronha
PE - Pernambuco
CONTATO:
Rua Bulhões Marques, 19 - Salas 801/802
Boa Vista
CEP: 50.060-050 Recife - PE
FONE: (81) 3222-2495
FAX: (81) 3421- 8308
E-MAIL: crn6pe@elogica.com.br
www.crn6.com.br

CRN - 7ª REGIÃO

AC - Acre
AM - Amazonas, RO - Rondônia,
RR - Roraima, AP - Amapá, PA - Pará
CONTATO:
AV. Generalíssimo Deodoro, 1978, Cremação
CEP: 66.045-190 Belém - PA
FONE: (91) 3241-0412 -
(91) 3230-2949
FAX: (91) 3241-0412
E-MAIL: crn7@ig.com.br